

CES-PB	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES/PB CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	127ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CES-PB 20/11/2018
---------------	--	---

1 Ao vigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às catorze
2 horas, deu-se por iniciada, na sala de reuniões do CES-PB, a centésima
3 vigésima sétima reunião extraordinária. Constatando a existência de quórum, o
4 presidente Antônio Eduardo Cunha deu início à reunião, cujo objetivo é tomar
5 conhecimento da realidade e posicionar-se em relação à saída do Programa
6 Mais Médicos (dos médicos cubanos), que ocupam hoje oito mil quinhentas e
7 dezessete vagas, em lugares aos quais os médicos brasileiros não chegam, com
8 grande destaque para a Região Norte. A preocupação quanto a isso, segundo o
9 presidente, advém da desassistência aos usuários do SUS, sem falar em
10 trezentos distritos indígenas assistidos pelo citado programa. Em seguida,
11 passou a palavra à conselheira Maura Vanessa, que expressou sua
12 preocupação, dando início a uma apresentação em slides (sobre o tema em
13 questão, o Programa Mais Médicos e a finalização de tal programa, comentando
14 o impacto do término desse serviço), de acesso a todos os presentes na reunião.
15 Após a apresentação de Maura, o presidente passou a palavra à Conselheira
16 Joana Batista, que lamentou a forma como esses estrangeiros foram humilhados
17 no nosso país [nas palavras dela] e comentou também que o Conselho Nacional
18 de Saúde já divulgou o seu repúdio quanto à finalização do programa em pauta.
19 Ela mencionou também que algumas coisas aqui no Brasil não foram acatadas,
20 no sentido de que os profissionais que tivessem algum tipo de financiamento do
21 setor público deveriam prestar algum tipo de serviço à nação – e isso não foi
22 acatado, segundo ela. Continuou mencionando outra questão: lançaram o Saúde
23 da Família no Brasil com uma jornada de trabalho com carga horária de quarenta
24 horas. De acordo com doutora Joana, nunca, no Brasil, médico teve quarenta
25 horas – as jornadas de trabalho de médicos e dentistas, segundo ela, sempre
26 foram de vinte horas, estipuladas em Lei Federal. A conselheira ainda colocou o
27 descaso com o qual o SUS tem tratado os profissionais de saúde, os quais não
28 têm uma carreira [nas palavras dela]. A maioria dos profissionais de saúde –
29 informou doutora Joana – são prestadores de serviços, com contrato precário,
30 com salários baixos e gratificações (as quais não asseguram o profissional na
31 aposentadoria). Para doutora Joana, essas situações precisam ser modificadas,

32 modificando-se a jornada de trabalho, alterar a lei no que diz respeito a
33 acumulação e também no que diz respeito à prestação de serviço por parte de
34 quem foi financiado pelo FIES e pelas universidades públicas, para que deem
35 um tempo de serviço à população. O presidente, então, passou a palavra ao
36 Conselheiro Marcelo Melo, que sugeriu que o grupo fizesse uma reflexão sobre
37 a situação em pauta e mencionou a Portaria dois mil e vinte e sete, lançada pelo
38 Ministério da Saúde, em vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, que flexibiliza
39 a questão do ponto (da carga horária) dos médicos, mas ele quase não viu as
40 Unidades de Saúde da Família, adotarem essa Portaria, quando, na verdade,
41 todos sabem – segundo Marcelo – do potencial de um profissional da saúde de
42 atendimento à população, quando a estratégia de saúde da família engessa,
43 inclusive, a capacidade de atendimento do médico, que “é X por dia” [nas
44 palavras dele], enquanto a capacidade de atendimento desse profissional é
45 muito maior, e a população também cresce e está desassistida. Marcelo também
46 frisa a enorme responsabilidade deste Conselho diante dos fatos que estão
47 acontecendo – e acontecerão – na Paraíba. O Conselheiro de posse da palavra
48 também comentou que não poderia deixar de mencionar o Conselho Federal de
49 Medicina, que, segundo ele, mostra intransigência e corporativismo. E comenta,
50 ainda, que os médicos que se formam em rede pública não querem, depois de
51 formados, trabalhar no interior do Estado. Dando sequência, o presidente passou
52 a palavra para o conselheiro Jamacyr Justino, que comentou que a maioria
53 desses municípios que ficarão desassistidos têm o agravante de se encontrar
54 num estado de extrema pobreza – alguns médicos não querem ir porque, além
55 de ser sertão, não há estrutura. Ele comentou também que não entende como é
56 que, diante de toda essa precariedade, ainda existem certos secretários que
57 estão a favor da retirada dos médicos cubanos. O presidente, na sequência,
58 passou a palavra à conselheira Erica Simone, que se mostrou muito preocupada.
59 Ela afirmou que se trata de uma posição política essa questão do fim do
60 Programa Mais Médicos e comentou que o perfil do novo governo vai reduzir o
61 tamanho do Estado, reduzindo a noção do que é seguridade social – uma forma
62 de se pensar que, de um lado, estão alguns e, do outro, os comunistas, expulsos
63 do país. E ela também se questiona quanto ao que vai acontecer com as pessoas
64 mais pobres do país e sugere que se faça um levantamento dos municípios que
65 vão ficar sem médico e reivindicar, numa nota viável, o direito à saúde. Em

66 seguida, o presidente passou a palavra para o conselheiro Pedro Paulo, que
67 comentou o aumento da população, sem que o SUS tenha acompanhado esse
68 ritmo. Ele também demonstra preocupação diante do fato de alguns municípios
69 menores estarem demitindo até os secretários, por falta de recursos. Segundo
70 ele, nove municípios da Paraíba já fizeram isso (até Caaporã). Pedro Paulo
71 também comentou que, antes do Programa Mais Médicos, os médicos brasileiros
72 que prestavam serviço nessas pequenas cidades não cumpriam com a carga
73 horária – ficavam dois dias na cidade e iam embora. Com os médicos cubanos,
74 isso mudou. E continuou expressando sua preocupação com a situação atual
75 dessa falta de mão de obra, colocando-se contra o encerramento do citado
76 programa. O presidente, então, declarou que o Conselho tem que fazer soluções
77 de encaminhamento para se fazer um documento dentro da posição pública do
78 Conselho Estadual de Saúde do Estado da Paraíba. Neste momento, Marcelo
79 Melo comenta que começou a enxergar dois momentos: um é a posição deste
80 Conselho com relação à saída dos cubanos, da qual sairão os encaminhamentos
81 propostos pelo presidente; o segundo momento é com relação, ainda nas
82 palavras de Marcelo, às questões que vão afetar diretamente o Estado da
83 Paraíba, declaração que gerou uma discussão entre os Conselheiros sobre a
84 assistência – ou desassistência – médica a partir da volta dos médicos para
85 Cuba. O presidente do Conselho declarou que esse é um problema político,
86 interferindo em questões de saúde e lembrou que o futuro presidente manifestou
87 suas posições sobre o assunto. Lembrou também que o governo cubano foi
88 radical no sentido de ordenar a volta dos médicos cubanos para casa e lamentou
89 isso, acreditando que, dificilmente, encontrar-se-ão médicos brasileiros que
90 farão o mesmo papel dos cubanos. O encaminhamento que o presidente
91 pretende fazer é no sentido de solicitar ao Governo Federal uma solução para
92 tal situação, e Marcelo também sugeriu que o encaminhamento deva apontar
93 para uma moção (em forma de resolução) de apoio aos cento e vinte e oito
94 municípios que ficarão sem os médicos cubanos. Neste momento, o presidente
95 passou a palavra a Jamacyr, que registrou a ausência do Conselheiro Luciano,
96 que não compareceu a esta reunião por estar em missão. Jamacyr reforçou a
97 importância da nota por parte do Conselho Estadual de Saúde do Estado da
98 Paraíba, numa postura política do Conselho acerca dessa realidade. O
99 presidente retomou a palavra e declarou qual será a tônica da nota: lastimar o

100 rompimento do acordo internacional por problemas políticos, uma vez que os
101 médicos cubanos estavam cumprindo com sua missão de maneira eficiente.
102 Diante de todas as sugestões, o presidente afirmou que agora é somente uma
103 questão de redigir essa nota. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por
104 encerrada a sessão e que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim,
105 Anísio Henriques de Araújo Filho, que transcrevi a presente Ata, e pelos demais
106 presentes.

107

108 João Pessoa (PB), 07 de maio de 2019.

109

110 Antônio Eduardo Cunha – Presidente _____

111 Anísio Henriques de Araújo Filho (Sec. *Ad hoc*) _____

112 Edson Cruz da Silva Filho _____

113 Erica Simone Barbosa Dantas _____

114 Hercules Soares Santos _____

115 Jamacyr Mendes Justino _____

116 Joana Batista Oliveira Lopes _____

117 Kézia M. Brito Silva Lucena _____

118 Marcelo Melo Rodrigues _____

119 Marco Antônio Cordeiro _____

120 Maura Vanessa Silva Sobreira _____

121 Pedro Paulo A. Peixoto _____

122 Sitônio Henrique da Cruz _____

123 Wagner dos Santos Januário _____

124 Wanessa Karla Cavalcante Santos _____